

## **6. PACTO LIBERAL-DEPENDENTE**

A grande crise dos anos 1980 não foi apenas uma crise econômica – uma crise da dívida externa, uma crise fiscal do estado, e uma crise de alta inflação. Foi também, senão principalmente, uma crise política. No seu final, já no início dos anos 1990, depois de um vácuo de poder que durou quatro anos desde o colapso do Plano Cruzado, ela marcou o fim da hegemonia da burguesia industrial e da burocracia pública, e o início de uma nova coalizão política. O Pacto Liberal-Dependente terá então início, já no quadro do Governo Collor.

### **Governo Collor e rendição nacional**

No final de 1989 Fernando Collor de Mello, um jovem político desconhecido até então, sem partido, é eleito Presidente da República. Ao implicar a derrota dos principais líderes da transição democrática, essa eleição mostra a gravidade da crise política em que o país estava imerso; a democracia estava consolidada, mas tornava-se claro o colapso do Pacto Popular-Democrático de 1977 e o vácuo político que se estabelecera em consequência. O novo presidente Collor, eleito no final de 1989, recebe do governo populista que se encerrava então uma herança pesada. Na medida em que a inflação superara a marca dos 50% ao mês, encontrava-se formal e praticamente em um quadro de hiperinflação, já que os economistas geralmente aceitam como convenção que a passagem da alta para a hiperinflação está nesse número. Em fevereiro de 1990 – último mês do governo Sarney – a inflação alcançara 72%. Eram necessárias medidas heróicas, e o novo governo as adota. Implementa imediatamente um plano de estabilização, mas este – o Plano Collor –, que congela os preços, faz a captura de parte da poupança popular depositada nos bancos, e promove um violento ajuste fiscal. Entretanto, apesar da dureza do ajuste, o plano fracassa principal senão exclusivamente porque não previu um mecanismo de neutralização da inércia inflacionária. Ao deixar de tomar essa medida elementar, o congelamento provoca um grave desequilíbrio dos preços

relativos: algumas empresas perdem muito enquanto outras ganham proporcionalmente às perdas das outras. Era inevitável que nos meses seguintes as perdedoras ajustassem seus preços, e, com isso, a alta inflação inercial volta a prevalecer. No final de 1990 a inflação já estava novamente no nível de 20% ao mês.<sup>41</sup>

Durante o governo Collor a burocracia pública viverá em sobressalto devido à política radical que as autoridades econômicas adotam para reduzir as despesas do Estado. Existe, entretanto, uma iniciativa importante que é a tentativa de transferir para o setor público a ‘estratégia da qualidade total’ – uma forma de gestão bem sucedida no setor privado. Esta iniciativa apontava para o novo. O mesmo não se pode dizer da criação das ‘câmaras setoriais’ – segundo Eli Diniz (1997: 139), “esse mecanismo representou a retomada das experiências – utilizadas em vários graus de êxito no passado – voltadas para a construção de espaços de elaboração de metas e diretrizes acordadas entre elites estatais e representantes da iniciativa privada”. Esta iniciativa foi recebida calorosamente por vários setores que esperavam ver restabelecida a antiga forma de associação entre os empresários e a burocracia pública, mas era uma tentativa de se voltar ao passado em um quadro em que o Estado, totalmente afogado na crise fiscal e na alta inflação, não tinha mais poder para intervir no plano econômico de forma efetiva. O maior ‘sucesso’ das câmaras foi o chamado ‘Acordo das Montadoras’ que, no entanto, não beneficiou principalmente empresas nacionais como se fazia no período desenvolvimentista, mas, significativamente, beneficiou um conjunto de empresas multinacionais.

Em 1991, com o início do ‘segundo governo Collor’, ou seja, com a mudança geral do ministério que ocorre então, e, especialmente, com a mudança da equipe econômica, a nova coalizão política liberal, conservadora e cosmopolita que estava se formando desde o fracasso do Plano Cruzado chega afinal ao poder. O nacional-desenvolvimentismo estava morto; o país se rendia aos interesses dos países ricos. A partir de então o país estará sob o domínio do Pacto Liberal-Dependente – um pacto político excludente constituído fundamentalmente pelos grandes rentistas, o setor financeiro, as empresas multinacionais e os interesses estrangeiros

---

<sup>41</sup> Não havia tabela de conversão de preços nesse plano de forma que o congelamento implicou em congelar naquele dia desequilíbrios brutais de preços relativos que deveriam ser corrigidos nos meses seguintes através da volta alta inflação.

em relação ao Brasil. Dele passam também a ser excluídos os empresários industriais e a burocracia pública que, entre 1930 e 1986, haviam sido as duas principais classes dirigentes. Tanto uma quanto a outra haviam ficado marcadas pelo fracasso do Plano Cruzado que as havia identificado com o protecionismo e o estatismo, as duas ‘bêtes noires’ da ideologia neoliberal que invadia o país naquele momento de forma triunfante. Através do acordo que o Brasil assina com o FMI em dezembro de 1991, o país se subordina formalmente à ortodoxia convencional. O país estava naquele momento com seu déficit público zerado devido ao grande ajuste fiscal realizado pelo Plano Collor, mas a inflação inercial estava em torno de 20% ao mês. Para baixá-la o novo Ministro da Fazenda eleva a taxa de juros brutalmente, esperando que com isso – nos termos da carta de intenção assinada com o FMI – a taxa de inflação caísse gradualmente para 2% no final de um ano.<sup>42</sup> Dado, entretanto, o caráter inercial da inflação, a taxa de inflação permanece no mesmo nível, não obstante o desaquecimento econômico e o déficit público que a elevação da taxa de juros provocam. Além desse acordo com o Fundo Monetário Internacional que será danoso para o país ao implicar em brutal aumento da taxa de juros paga pelo Estado sem que a inflação seja controlada, o governo toma outras duas decisões que mostram claramente a rendição do país à ortodoxia convencional e ao neoliberalismo. O governo aceita realizar a abertura financeira, eliminando os controles sobre as entradas e saídas de capitais (e assim perdendo controle sobre seu preço macroeconômico mais estratégico – a taxa de câmbio), e se submete aos interesses dos países ricos nas negociações da Rodada do Uruguai da OMC que diminuiriam gravemente o espaço de política econômica dos países em desenvolvimento.

### **Governo Cardoso**

Dois anos depois, já no governo Itamar Franco, o Plano Real logra afinal neutralizar a alta inflação inercial que penalizava o país desde 1994. A aplicação de uma estratégia de estabilização baseada na URV – uma estratégia heterodoxa que fugia aos ditames de Washington e Nova York, entretanto, durou o período que foi necessário para implementar o Plano Real (primeiro semestre de 1994). O governo Fernando Henrique Cardoso, que começa

---

<sup>42</sup> Em 1991, Marcílio Marques Moreira substituiu Zélia Cardoso no Ministério da Fazenda.

em janeiro de 1995, retorna decididamente à ortodoxia convencional iniciada em 1991, ao mesmo tempo que consolida o domínio do capital rentista e financeiro no Brasil associado aos interesses estrangeiros. O consenso de Washington volta a ser plenamente dominante. Ainda no segundo semestre desse ano, a taxa de câmbio se aprecia fortemente, e, logo em seguida a taxa de juros é elevada para níveis estratosféricos. A macroeconomia da estagnação começava, assim, seu curso no Brasil. A reforma da Constituição de 1988 então encetada permite a desnacionalização de setores estratégicos da economia brasileira inclusive dos bancos comerciais. A prioridade para empresas e indústrias nacionais nos fornecimentos ao Estado, que todos os grandes países praticam, foi também eliminada do texto constitucional. Qualquer política ou dispositivo legal que tivesse caráter nacional era agora acusado de ‘atrasado’. Embora o país sempre houvesse crescido fundamentalmente com poupança interna até os anos 1960, aceita-se a proposta da ortodoxia convencional de que o crescimento deveria agora ser feito com poupança externa, ou seja, com déficits em conta corrente. A busca de poupança externa é transformada na grande política de desenvolvimento a partir da justificativa equivocada que “o Brasil não tem mais recursos para financiar seu desenvolvimento econômico”.<sup>43</sup> Na verdade, essa política só causaria apreciação da taxa de câmbio, aumento artificial dos salários e do consumo interno, e a substituição da poupança interna pela externa, ao mesmo tempo que endividava o país.<sup>44</sup> Os resultados são uma profunda desnacionalização da economia brasileira, duas crises de balanço de pagamentos, e baixas taxas de crescimento, não obstante, a partir do início dos anos 2000, um enorme aumento dos preços das commodities exportadas pelo Brasil permitir que em cinco anos se dobrem as exportações.

Desde 1995, portanto, até hoje, a economia brasileira passa a ser dominada pela anti-estratégia de desenvolvimento econômico que é a ortodoxia convencional. Em consequência, não obstante a alta inflação esteja estabilizada, e os capitais estrangeiros, na forma de investimentos diretos e financiamentos, se tornem abundantes, a economia brasileira crescerá lentamente, ficando sistematicamente para trás não apenas dos demais países em

---

<sup>43</sup> Poupança externa é déficit em conta corrente; quando um país incorre em déficit em conta corrente sua taxa de câmbio se aprecia em relação àquela que existira se houvesse equilíbrio em conta corrente.

<sup>44</sup> Poupança externa é déficit em conta corrente; quando um país incorre em déficit em conta corrente sua taxa de câmbio se aprecia em relação àquela que existira se houvesse equilíbrio em conta corrente.

desenvolvimento que adotam estratégias nacionais de desenvolvimento e realizam o *catch up* mas também dos países ricos.

### **Um pacto conservador e globalista**

O Pacto Liberal-Dependente que se torna dominante no Brasil a partir de 1990 é um pacto conservador e globalista. Por ser conservador, nos primeiros momentos – durante os anos 1990 nos quais a hegemonia neoliberal era absoluta em todo o mundo – contou com a participação dos empresários do setor produtivo e de amplos setores da burocracia pública. Desde o início dos anos 2000, entretanto, a crise da hegemonia americana abre novas perspectivas para o país. Os empresários industriais dão-se conta da incompatibilidade da ortodoxia convencional com o desenvolvimento econômico, demonstrada pelo fracasso das reformas neoliberais em todo o mundo e principalmente na América Latina, e, como seus interesses estão diretamente relacionados com esse desenvolvimento, estão em busca de alternativa. A coalizão política dominante desde 1991, o Pacto Liberal-Dependente, passa, assim, a ser constituída pelos diretos interessados em suas idéias e propostas: os rentistas que se beneficiam dos altos juros pagos pelo Estado, os agentes do setor financeiro que recebem comissão dos rentistas quando não são eles próprios rentistas, e os proprietários de empresas de serviços públicos operando em situação de monopólio ou quase-monopólio. Estas categorias, especialmente a dos rentistas, não são claramente distintas. Há grandes e pequenos rentistas, e entre eles há os que são também empresários, ou que são também assalariados. Entretanto, em termos de ação política, ou a pessoa se comporta principalmente como rentista, ou principalmente como empresário ativo ou membro da classe média profissional. Por outro lado, por ser globalista, ou seja, por estar baseado na crença de que os países do Norte estão interessados no desenvolvimento dos países do Sul — diretamente e através de suas instituições de controle, como o FMI e o Banco Mundial —, essa coalizão conta com a participação distante, mas efetiva, dos governos e das elites desses países, e com a participação mais direta das empresas multinacionais aqui situadas. Enquanto os rentistas, o setor financeiro e o grande capital investido nos serviços públicos interessam-se principalmente pela taxa de juros alta e por preços monopolistas altos, os países ricos e as empresas multinacionais se interessam pelo câmbio baixo, que reduz a capacidade

competitiva do país e aumenta o valor em divisa forte das remessas de lucros, dividendos e *royalties*. A associação em condições de inferioridade de nacionais com estrangeiros não tem nada de surpreendente, já que a cooptação de elites locais sempre foi uma estratégia dos impérios. Está baseada na força da ideologia dominante e em interesses econômicos comuns. Como lembra Paulo Nogueira Batista Jr. (2006: 6), “as nações hegemônicas operam de forma a beneficiar aqueles que se dispõem a cooperar com os seus projetos de poder”.

A perspectiva liberal e globalista manifesta-se na crença de que os mercados financeiros no Brasil e no exterior sabem mais. De fato, os mercados são instituições que têm como papel o controle e a coordenação dos sistemas econômicos, mas não são instituições neutras: elas refletem os interesses dos participantes. Muitos economistas, marcados pelo liberalismo econômico que está na origem da ciência econômica, em vez de afirmarem que os países ricos sabem mais, preferem dizer que os mercados têm esse dom. Mercados são excelentes mecanismos de coordenação, que alocam recursos relativamente bem, mas, na medida em que são instituições constituídas de pessoas e empresas, são interessados: como não têm como critério a melhor distribuição de renda, não têm também como critério o interesse nacional. Por outro lado, na globalização os mercados financeiros ficaram internacionais, dada a enorme mobilidade de capitais que as novas tecnologias permitiram. Dessa forma, a idéia de mercado interno, que é central para uma visão nacional, lhe é estranha.<sup>45</sup> Assim, como diz Luís Nassif (2006), “suponhamos que o mercado tenha essa sabedoria e tenha interesse em defender os interesses nacionais; se ocorrer uma crise internacional ele sairá do país da mesma maneira, nem que todas as suas recomendações tenham sido seguidas ao pé da letra”.

No momento em que o Pacto Liberal-Dependente tornou-se a coalizão política dominante no Brasil, a revolução nacional, ou seja, a formação do Estado-nação brasileiro com a transferência dos centros de decisão para dentro do país, foi interrompida e o país voltou à condição semicolonial que já havia caracterizado o período entre 1822 e 1930. Na condição

---

<sup>45</sup> O fato de o mercado nacional representar um motivo fundamental para que os empresários produtivos sejam nacionalistas não significa que devamos voltar ao modelo de substituição de importações. Significa apenas que o mercado interno é um ativo nacional que pode e deve ser negociado: é o que se faz no comércio internacional, os países abrindo seus mercados aos outros, recíproca e multilateralmente. Não é, entretanto, o que se faz com os investimentos diretos, em que a abertura dos mercados dos países em desenvolvimento não conta com reciprocidade nos países ricos.

semicolonial, a Nação se enfraquece por carência de um acordo entre as classes, por faltar a ela a característica que Otto Bauer ([1924] 2000) definiu como fundamental, “a consciência de um destino comum”. Nessas condições não contará com uma estratégia nacional de desenvolvimento ou de competição internacional e o crescimento estará prejudicado, se não inviabilizado. Em lugar de uma estratégia nacional, o país se submeterá a uma ortodoxia convencional que muda através do tempo. Durante um século e meio estava baseada na lei das vantagens comparativas. Foi assim que a Inglaterra tentou “chutar a escada” dos Estados Unidos e da Alemanha, sem êxito, e do Brasil, com êxito até 1930.

Desde os anos 1970, a política de crescimento com poupança externa com apreciação da taxa de câmbio é a forma moderna de os países já desenvolvidos buscarem neutralizar a competição dos países que vêm atrás. Chang (2002 [2004]) mostrou que aqueles países agiam desse modo desde o século XIX, principalmente com base na lei das vantagens comparativas; agora, conforme argumento neste livro, o fazem com a política de crescimento com poupança externa. Embora essa ortodoxia convencional seja formulada em países ricos que continuam fortemente nacionalistas, ela rejeita qualquer nacionalismo nos países em desenvolvimento e o identificam como populismo.

O instrumento ideológico do Pacto Liberal-Dependente, no que diz respeito aos problemas econômicos, é a ortodoxia convencional. Embora essa ortodoxia acuse de incorrer na “teoria da conspiração” quem faz a análise dos interesses que estão por trás da política econômica que recomenda, ela própria tem sua explicação dos interesses de classe que prejudicam a estabilidade e o crescimento da economia brasileira. Segundo sua visão, o desenvolvimento econômico não ocorre ou a redução da taxa de juros não acontece porque os políticos populistas não querem desagradar aos eleitores e a burocracia do Estado quer preservar seus privilégios. Dessa maneira, o pensamento dominante presente no Pacto Liberal-Dependente afirma que há uma coalizão de políticos e burocratas que capturam o Estado e impedem o desenvolvimento econômico do Brasil. O Estado é reduzido a seus servidores ou a seu aparelho, e é demonizado: o Estado e seus burocratas seriam a causa dos males brasileiros. Ainda que existam de fato políticos populistas e ainda que haja alguma captura do patrimônio público pela burocracia, esta análise é enviesada. Captura do Estado em países em desenvolvimento não é privilégio dos políticos ou da burocracia. Os políticos são sempre

poderosos, mas são poucos, e sempre representam interesses de outros grupos. A burocracia de Estado é um grupo estratégico dentro da classe média profissional ou tecnoburocrática, mas não tem poder significativo no Brasil desde o colapso do regime militar. No Pacto Popular-Democrático ela não teve força porque estava sendo sempre acusada pelos novos governantes de haver participado do regime militar. Colocada fora do poder, ela limitou-se a se defender corporativamente, como o fez, por exemplo, com a Lei do Regime Único, na qual foi capaz de amealhar uma série de privilégios.<sup>46</sup> No Pacto Liberal-Dependente ela é vista como o adversário.

No presente, a se acreditar na economia política do Pacto Liberal-Dependente, poder-se-ia crer que a burocracia do Estado e mais amplamente a classe média profissional têm grande poder. Não é verdade. Os dois partidos dominantes nesse período, o PSDB e o PT, são dois partidos fundamentalmente apoiados na classe média profissional ou burocrática, mas são um misto de burocracia pública e privada. Contam com militantes na burocracia do Estado, mas sua base de apoio é a grande classe média de administradores, professores, intelectuais, líderes sindicais e líderes associativos de todos os tipos. No quadro ideológico da ortodoxia convencional, a burocracia do Estado é o grande inimigo. Uma espécie de anjo do mal ou, então, uma erva daninha que impede o desenvolvimento brasileiro... Não poderia ser de outra maneira, dado seu caráter neoliberal e o fato de que a origem das suas idéias está nos países ricos e na hegemonia global que deles parte. Para que exerçam sua dominação, para que consigam neutralizar a capacidade competitiva do país em desenvolvimento, nada mais estratégico do que dividir para reinar, nada mais importante do que minar o acordo básico que forma uma Nação: o acordo entre os empresários ativos e a burocracia do Estado.

Nos próprios países ricos existe também o discurso visando diminuir o tamanho do Estado e fazendo a crítica da burocracia, mas o fato objetivo é que o tamanho do Estado, medido pela carga tributária, não diminuiu desde 1980; diminuiu o ritmo de crescimento mas continuou crescendo, e que o acordo nacional entre as grandes empresas e as burocracias de Estado continua valendo. Já nos “laboratórios”, que são, para os ideólogos do Norte e para

<sup>46</sup> Esta lei foi reformada, com a eliminação desses privilégios, no período em que fui ministro da Administração Federal e Reforma do Estado (1995-1998).

organizações como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional, as economias em desenvolvimento, uma possibilidade sempre tentadora é a de transformar a retórica neoliberal em prática concreta, e, além de fazer a crítica da intervenção do Estado, minar o acordo das elites empresariais locais com as burocracias de Estado. Ora, é esse acordo que permite que o Estado se torne um instrumento do desenvolvimento econômico; é ele que permite que não apenas a política industrial, mas toda a política macroeconômica do país seja pensada em termos de apoio à empresa nacional. Quando a esse acordo se juntam os trabalhadores, como é próprio das democracias, o Estado, além de instrumento do crescimento econômico, torna-se também instrumento da diminuição das desigualdades e do aumento da coesão social.

Na medida em que a ortodoxia convencional é a expressão prática da ideologia neoliberal, ela é a ideologia do mercado contra o Estado e sua burocracia. Enquanto o novo desenvolvimentismo quer um Estado e um mercado fortes, e não vê contradição entre ambos, a ortodoxia convencional quer fortalecer o mercado através do enfraquecimento do Estado, como se houvesse um jogo de soma zero entre as duas instituições. Francis Fukuyama (2004), insuspeito nessa matéria, reconheceu recentemente este equívoco da política norte-americana. A ortodoxia convencional é, portanto, a partir da segunda metade do século XX, a versão do *laissez-faire* que foi dominante no século anterior. O tamanho do Estado cresceu em termos de carga tributária e em termos de grau de regulação exercido sobre o mercado, como decorrência do aumento da dimensão e da complexidade das sociedades modernas. Um Estado forte e relativamente grande é condição para um mercado forte e competitivo. A ortodoxia convencional é a reação prática contra esse crescimento do aparelho do Estado. É certo que o Estado também cresceu por mero burocratismo, para criar cargos e empregar a burocracia, mas a ortodoxia convencional não está interessada em distinguir o crescimento legítimo do crescimento ilegítimo do Estado. É a ideologia do Estado mínimo, do Estado polícia, do Estado que se preocupa apenas pela segurança interna e externa, deixando a coordenação econômica, os investimentos na infra-estrutura e mesmo os serviços sociais de saúde e educação por conta do mercado. É a ideologia individualista que supõe que todos são igualmente capazes de defender seus interesses. É, assim, uma ideologia de direita, dos mais poderosos, dos mais ricos, dos mais educados — da alta burguesia e da alta tecnoburocracia. O fato de ela estar correta em criticar a ineficiência do Estado não a torna aceitável, já que essa ineficiência é óbvia. Seu objetivo é baixar os impostos e os salários reais diretos e

indiretos através da desproteção ou precarização do trabalho e, assim, tornar as empresas mais competitivas em um mercado internacional de países em desenvolvimento com mão-de-obra barata.

A política econômica que vem sendo posta em prática no Brasil desde 1990 é a política do Pacto Liberal-Dependente. O Estado brasileiro não está, naturalmente, completamente capturado por seus membros. Estes recebem os maiores benefícios, que não são apenas os benefícios clássicos e legítimos que um Estado capitalista garante aos empresários: a ordem pública, a garantia da propriedade e dos contratos. São hoje, principalmente, os juros pagos aos rentistas. São também os lucros e *royalties* pagos às empresas multinacionais, que se beneficiam do mercado interno brasileiro sem reciprocidade. Os setores excluídos do pacto, porém, têm poder suficiente para receber sua parte. Os grandes empresários industriais e dos serviços recebem empréstimos a juros subsidiados do BNDES; os agricultores contam com financiamentos a juros subsidiados do Banco do Brasil; as grandes empresas de serviços públicos, com lucros monopolistas; a classe média conta com uma universidade estatal gratuita; a burocracia do Estado, com um sistema de aposentadoria privilegiado; e os pobres têm para si formas de renda mínima que no Brasil ganharam o nome de “bolsas”: Bolsa Escola, Bolsa Família. Mas o fato é que o aparelho do Estado brasileiro funciona como uma enorme agência de transferência de renda. Os pobres, que são os principais pagadores de impostos da enorme carga tributária brasileira, recebem de volta uma parcela pequena do que contribuem na forma daquelas “bolsas” que, a meu ver, são as únicas legítimas. Se dividirmos a despesa pública em despesas legítimas e capturas, as capturas citadas na forma de juros acima do razoável e de subsídios os mais diversos devem representar quase um terço da despesa pública, como vimos no Capítulo 6.

A coalizão política dominante é naturalmente a principal beneficiária. E, para ela, as instituições estratégicas que devem ser capturadas são a universidade e o banco central. A captura da universidade escapa ao objeto deste livro, mas ela é essencial, já que vivemos no capitalismo do conhecimento ou dos técnicos, em que dominação não é mais pela força, mas pela hegemonia ideológica. A estratégia fundamental de dominação foi levar os jovens brasileiros mais brilhantes a fazerem PhD em universidades estrangeiras. O envio de técnicos e cientistas das ciências naturais para fazerem doutorado no exterior é recomendável; já o

envio dos nossos mais brilhantes jovens para ficar quatro a cinco anos estudando economia no exterior, no nível de pós-graduação, tem sido a forma por excelência pela qual o ensino e a pesquisa nesta área se alienaram.

Esta prática facilitou também a captura do Banco Central pelo mercado financeiro. Conforme discuti nos capítulos anteriores, a alta taxa de juros de curto prazo existente no Brasil só é explicável por esta captura. Há outras causas, especialmente o desequilíbrio fiscal, mas ficou claro que apenas esse desequilíbrio, que se deve em grande parte à própria taxa de juros, não é suficiente para explicar o nível dessa taxa. A análise do comportamento das autoridades monetárias mostra de forma evidente que a taxa de juros não é vista como um problema para o Banco Central e pelo Ministério da Fazenda, submetidos aos conceitos da ortodoxia convencional. O objetivo de tê-la a mais baixa possível, como a lei do Federal Reserve Bank estabelece, é algo absolutamente distante do Banco Central. Não se fala jamais na necessidade de todo o governo e particularmente do Banco Central definir uma estratégia para reduzir a taxa real de juros de curto prazo para níveis aceitáveis.

Enquanto o Pacto Liberal-Dependente privilegiava os ricos através da taxa de juros, o poder político dos mais pobres se expressava nas eleições e levava ao necessário aumento de sua renda através do aumento da despesa social e do salário mínimo. Em consequência tínhamos, de um lado, a concentração de renda nos muito ricos e, de outro, a redução da pobreza. Como, entretanto, a renda per capita crescia muito pouco, não é surpreendente que a classe média tenha sido a classe estrangulada no processo. Não é surpreendente, também, que essa classe, que geralmente tem um poder político grande por ser “formadora de opinião”, tenha ficado de lado nas eleições de 2006, votando no candidato derrotado, enquanto os muito ricos e os pobres votavam pela reeleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Jamais eleições presidenciais foram tão polarizadas no Brasil em termos de renda e de educação como as de 2006, e, no entanto, nessas eleições não houve qualquer debate ideológico mais coerente. Venceu o candidato que conseguiu se identificar com os pobres, não o que tivesse alguma mensagem clara a oferecer à Nação, porque nenhum dos dois tinha essa mensagem. O fato de a classe média, estrangulada no plano econômico, ter ficado sem voz no plano político, entretanto, não pode ser considerado de forma ligeira. Em todo esse processo eleitoral o que vimos foi uma profunda crise do sistema político. Enquanto o Pacto Liberal-Dependente revelava seu

esgotamento, a sociedade se revelava confusa e desorientada sobre que caminho alternativo seguir.